

## Contributos para a reflexão sobre as trajetórias de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental em alguns países da CPLP

J. M. Belbute ([jbelbute@uevora.pt](mailto:jbelbute@uevora.pt)) e J. M. Caetano ([jcaetano@uevora.pt](mailto:jcaetano@uevora.pt))  
Departamento de Economia da Universidade de Évora  
Centro de Estudos Avançados em Gestão e Economia CEFAGE-UÉ)  
Largo dos Colegiais, 2 - 7000-803 Évora, Portugal - +351933255770

### RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em produzir uma breve reflexão sobre a relação entre a sustentabilidade e a equidade, com especial enfoque em alguns países pertencentes à CPLP para os quais estão disponíveis indicadores relevantes.

A publicação do relatório Brundtland em 1987 marca uma viragem importante na forma como a humanidade passou a encarar o seu desenvolvimento e a sua relação com a base dos recursos (naturais e ambientais), a qual sustenta a sua existência. Com efeito, ao considerar que é sustentável um padrão de desenvolvimento que vá “...ao encontro das necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades,” aquele relatório reconhece pela primeira vez que o Homem – em vez da natureza – deve estar no centro do conceito de desenvolvimento sustentável.

Na sua versão atual, o desenvolvimento sustentável reconhece a estreita interdependência entre a ecologia (ou a natureza, como alguns preferem), a economia e a sociedade que constituem hoje os seus três pilares. Não obstante a sua operacionalização se ter revelado difícil de concretizar, existe atualmente um amplo consenso sobre a definição de desenvolvimento sustentável que o define, como seja a capacidade de uma nação manter uma trajetória, pelo menos, não decrescente do seu nível de bem-estar<sup>1</sup>.

A Economia tem contribuído de várias formas para o esforço de operacionalização das várias dimensões associadas ao conceito de sustentabilidade. Desde logo porque ela se define como a ciência que estuda o processo pelo qual o homem toma decisões sobre a satisfação das suas necessidades ilimitadas, num contexto de recursos escassos. Por outro lado, a Economia desenvolveu o conceito de *Utilidade* que se adequa bem à noção de sustentabilidade a que já fizemos referência, o qual é usado como sinónimo de bem-estar, sendo basilar para o agregado macroeconómico Produto Interno Bruto (PIB)<sup>2</sup>. Desta forma, uma sociedade é sustentável se o indicador de bem-estar (qualquer que ele seja) evidenciar uma trajetória pelo menos não negativa em termos temporais.

Coisa bem diferente são as condições exigidas para que essa evolução seja considerada sustentável. Por exemplo, poucos classificariam como sustentável uma estratégia que estimulasse o crescimento económico e, conseqüentemente, o bem-estar, mas que fosse acompanhada pela delapidação dos recursos ambientais. A questão é crucial e fonte das maiores e mais profundas divisões entre os especialistas, mas elas não constituem o centro da nossa atenção neste trabalho.

---

<sup>1</sup> Na sua versão tecnicamente mais complexa trata-se de imprimir uma trajetória do bem-estar acima de um determinado nível mínimo.

<sup>2</sup> O PIB é, na verdade, usado como indicador (imperfeito) do nível de bem-estar de uma sociedade.

A Organização das Nações Unidas em conjugação com o Banco Mundial iniciou há alguns anos um projeto destinado a criar agregados de contabilidade nacional, mormente o PIB e o Consumo privado, que incluíssem os efeitos que a atividade humana de consumo e de produção produzem sobre os sistemas naturais. Esse sistema é conhecido como Green National Accounts e dois dos seus mais relevantes indicadores são o Green Net National Income (GNNI) e a Genuine (ou Adjusted) Savings (GS). Em ambos os casos trata-se de agregados macroeconómicos como o PIB e a Poupança ajustados pelos efeitos (negativos ou positivos) que num determinado período de tempo (normalmente um ano) a atividade económica provocou sobre o sistema natural (ou no capital natural<sup>3</sup>). Para além disso, incluem ainda as alterações ocorridas no capital humano em nível e no conhecimento.

Muito embora por razões técnicas diferentes, ambos têm em comum o facto de procurarem ilustrar o que ocorreu ao bem-estar social de um país ou região, no período a que se referem, em todas as dimensões implícitas no conceito de sustentabilidade. Em particular, quando a poupança genuína é negativa ( $GS < 0$ ), isso deve ser interpretado como uma previsível redução do bem-estar comparativamente ao seu nível atual e, dada a definição de bem estar adotada, a economia em análise é insustentável. Isto é, a sociedade em causa, consegue satisfazer as suas necessidades de bem-estar, mas está a comprometer a possibilidade das gerações futuras fazerem o mesmo, o que remete para a questão da justiça e equidade entre e intergerações.

Mas importa também recordar que a pobreza e a desigualdade, entre outros, são fatores de pressão sobre os recursos o que, por seu turno, comprometem a capacidade dos povos em acederem aos recursos na sua plenitude, afastando-os de um conjunto de oportunidades e de possibilidades inseparáveis do processo de desenvolvimento humano, como sejam a saúde e a educação, por exemplo. Esta dimensão está presente nos conceitos e indicadores que desde há algumas décadas têm vindo a ser trabalhados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que atualmente cobrem variáveis multidimensionais como a pobreza e a igualdade de género.

No presente trabalho abordaremos para alguns países integrantes da REPALP a questão genérica da criação e gestão da riqueza num sentido lato, atendendo às trajetórias verificadas na respetiva sustentabilidade económica e ambiental e na equidade da sua repartição. Assim, no que respeita à primeira vertente, analisaremos a questão pela via da sustentabilidade da riqueza dos países na ótica dos recursos e faremos uso do indicador *Poupança Genuína*. Quanto ao tratamento da segunda vertente, usaremos os indicadores do PNUD sobre o desenvolvimento humano e faremos uma abordagem sobre as dinâmicas do bem-estar, em termos de oportunidades de acesso nos diferentes planos que o concretizam (esperança de vida, saúde, educação e igualdade do género, entre outros).

Em suma, procuraremos aferir as dinâmicas temporais seguidas pelos países estudados em termos destas duas dimensões complementares de tratar a questão da sustentabilidade – *recursos e oportunidades* –. Na parte final focaremos a ligação entre alguns aspetos ligados à governança e à definição das políticas públicas (incluindo vários aspetos ligados à transparência) e as dinâmicas de exploração dos recursos naturais. Poderemos, caso se justifique, incluir na análise esta dimensão como eventual fator explicativo de algumas tendências registadas.

---

<sup>3</sup> Que inclui não apenas as variações na “quantidade” do capital natural que se alterou, mas também nas suas funções de suporte e os efeitos diretos sobre o bem-estar (amenidades).